



**UMA CIDADE CHAMADA *PETIT PARIS*:  
AS TRANSFORMAÇÕES E CRISES URBANAS DE RIBEIRÃO PRETO NO  
AUGE DA CULTURA CAFEEIRA  
(1890-1916)**

*Rodrigo Ribeiro Paziani*



O processo histórico de transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas no Estado de São Paulo entre as décadas de 1870 e 1910 esteve associado à hegemonia nacional representada pelas atividades ligadas ao café. Surgida na esteira da marcha galopante daquela rubiácea pelas bandas do interior de São Paulo, a região do Estado conhecida como *Oeste Paulista* – zona que englobava, na realidade, grande parte do Nordeste paulista e parte do Sul de Minas Gerais – passou a ocupar uma posição de destaque na produção, exportação e comercialização de café.

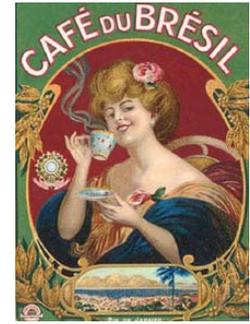
O aumento da produção cafeeira na pauta de exportações brasileiras que saltara de 1830 a 1905 de 18,18% para 75,6% (Basbaum, 1962, p. 115) apontava, de um lado, o domínio político-econômico exercido por São Paulo na Primeira República, e, de outro, a expansão cafeeira pelo território paulista que impulsionou o nascimento de cidades e a gestação de novos padrões de sociabilidade e de urbanização.

É que, com maior ênfase na segunda metade do século XIX, profundas transformações históricas subverteram as concepções de tempo e espaço e redefiniram os valores culturais do Ocidente. Impulsionadas por revoluções políticas e industriais, mas, principalmente, pela Revolução Científico-Tecnológica (Sevcenko, 1998, p. 07-48), este contexto correspondeu à explosão de novos potenciais tecnológicos e científicos, à expansão de mercados de trabalho e de consumo e ao advento de novos ritmos e hábitos sociais — cingidos por aquilo que Eric Hobsbawn intitulou o *drama do progresso* (Hobsbawn, 2004, p. 23). Este conjunto de fatores arrastou os homens a uma aventura singular, ao mesmo tempo destruidora e criadora: nela, *ciência, progresso, razão, ordem, civilização* (e os seus antípodas) constituíram-se nas palavras-chave da modernidade (Berman, 1997, p. 15).





Na torrente da difusão destes referenciais imaginários, as elites brasileiras decidiram implementar projetos de modernização urbana que colocassem o país, predominantemente rural, em sintonia com Paris – *capital cultural* do mundo moderno. O sucesso de tal empreitada passava pela reinvenção da *terra brasílis* como “*simples espaços para bons negócios, e não como nação*” (Novaes; Mello, 1998, p. 606). As inventivas contra as epidemias, os problemas da higiene pública e demais sintomas dos vícios *coloniais* da capital (Chalhoub, 1996) consolidaram-se na



República com o processo de transformação material de cidades como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santos, Florianópolis, São Paulo e Recife. Violentas e excludentes, as intervenções urbanas nos principais centros urbanos tornaram-se possíveis à medida que os interesses político-financeiros de governantes e especuladores coincidiram com o ideal de *regenerar* (Sevcenko, 1995, p. 40) e de combater a gleba de pobres e miseráveis despejados nas ruas ou encortiçados em morros e periferias (Hahner, 1993). Mas vale lembrar que os projetos de modernização existentes no Brasil, e especificamente em São Paulo, apresentaram desde o princípio soluções urbanísticas parciais: de um lado, graças aos conflitos entre a prefeitura e as empresas de serviços e entre os próprios urbanistas; de outro, pela convivência (nem sempre pacífica) entre antigos e novos costumes experimentados pela população que ocupava bairros em vertiginoso crescimento demográfico e industrial, como foi o caso do Brás (Campos, 2002, p. 138-139).

Entretanto, os decisivos e influentes papéis representados pelas elites paulistas na vida política e financeira nacional garantiram-lhes proeminência no processo de modernização urbana, ao re-encenar nos governos civis do regime republicano um velho dilema tupiniquim: o *capitalismo bucaneiro*.<sup>1</sup> Isto quer dizer que a modernização não estancou à entrada dos portos do Rio ou de Santos ou ainda em outras capitais do país: Ribeirão Preto, por exemplo, foi palco de uma série de transformações urbanas que alterou sensivelmente a vida de seus habitantes. O vilarejo dos tempos imperiais (Bacellar; Brioschi, 1999, p. 76-77)<sup>2</sup> viu-se durante a República imersa no turbilhão de uma sôfrega modernidade – porque atrelada ao domínio rural e agrícola – que lhe proporcionou experimentar os novos equipamentos técnicos, os objetos de consumo e as formas de sociabilidade urbana. Zona privilegiada de plantio e exportação de café, o município atraiu um grande número de homens em busca de empreendimentos, riquezas e oportunidades:

Requerimento do Sr. Carlos Fraga, pedindo concessão para montar, na praça 15 de Novembro, desta cidade, um estabelecimento para fornecer ao publico, bebidas, sorvetes, etc., propondo-se a construir um coreto de forma elegante e moderna no centro do jardim [...] Tendo a Comissão de Obras se manifestado favorável a concessão, foi o requerimento submettido á discussão e unanimemente approved (Atas da Câmara, 1909).

Ocupada por oportunos bacharéis, mineiros criadores de gado e ex-exploradores de jazidas de ouro, cafeicultores derrocados e (i)migrantes de toda estirpe e região do país e da Europa, a cidade desenvolveu-se sob os signos da mobilidade e da aventura. No último quartel do século XIX, ganhou contornos nitidamente urbanos e tornou-se centro regional das atividades agrícolas do país. A inauguração da ferrovia pela Companhia Mogiana, em 1883, contribuiu para a acelerada constituição de uma *civilização material* (Braudel, 1995) que impulsionou um circuito de negócios voltado ao atendimento das crescentes demandas e interesses particulares da elite cafeeira, tanto no transporte de mão-de-obra imigrante para as fazendas e no escoamento da produção sob a forma de redes ferroviárias interligando os municípios ao porto de Santos (Matos, 1974, p. 31-32; Zamboni, 1993, p. 30), como também num conjunto de transformações na cidade imprescindíveis para os empreendimentos de suas ricas lideranças.

Liderada pelos coronéis Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira — dois dos homens mais abastados do Brasil e importantes chefes políticos do Partido Republicano Paulista — esta elite, cujos laços de sociabilidade são marcados pela ambigüidade de seus gestos e ações, mantinha relações íntimas com banqueiros nacionais e estrangeiros, além de possuir significativa influência política junto a Presidentes de Estado e da República. Os papéis políticos decisivos e as trocas de favores exercidas pelas lideranças municipais de Ribeirão Preto na República junto ao Governo do Estado, davam-lhes o direito de indicar nomes de *confiança* — casos do advogado João Alves de Meira Júnior e do capitão Renato Jardim — para compor quadros administrativos municipais, legitimando assim a ascensão de novos administradores públicos (Faoro, 1976, p. 630-631).

As redes de sociabilidade estabelecidas em torno da cultura cafeeira arrastavam companhias de teatro, empresários de cinematógrafos, grandes comerciantes, *gentes* de vários estados, alterando sintomaticamente o cotidiano do ribeirão-pretano e fazendo da cidade um importante centro de lazer e consumo do Estado de São Paulo: os cinemas e o famoso Teatro *Carlos Gomes* de 1897, os cassinos, as *soirées* e os bailes.

Apesar de excluídos da organização e da participação direta no sistema político-eleitoral republicano (Carvalho, 1989, p. 86), da construção da nova ordem urbana e das negociações da exportação agrícola — assuntos decididos pelos coronéis e seus *pupilos* entranhados no poder público — os populares (Bollème, 1988)<sup>3</sup> enfrentavam os dissabores da vida urbana através da exploração de suas atividades sócio-profissionais diferenciadas e, à medida que o perímetro urbano se expandia, da exigência como moradores dos serviços públicos organizados no *coração* da cidade por meio de críticas aos descasos do poder público municipal (Pechman, 1994, p. 35). A população — formada por imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis, alemães) e migrantes (mineiros, fluminenses, baianos) —, que em 1912 alcançava os 20.000 habitantes no perímetro urbano (cf. Atas da

Câmara, 1912), experimentava as transformações na cidade com a reinvenção dos desejos de uma modernização urbana idealizada pela elite.

Sensibilizados pelos *progressos* da cidade, os ribeirão-pretanos — que ocupavam variados lugares e profissões: eram moradores de bairros e da parte baixa do centro da cidade que ocupavam as profissões de barbeiros, farmacêuticos, vendedores, trabalhadores das fábricas de cerveja e massas, alfaiates, jornaleiros, artesãos, marceneiros e outros (cf. Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto, 1913, p. 41-51) — questionavam as crises de infra-estrutura urbana de inúmeras maneiras.

Por exemplo, na crítica dirigida à prática *sorradeira* da Câmara de cobrar impostos sem, contudo, servir os moradores com os devidos melhoramentos. Vejamos uma petição datada de 04.05.1901: “De Valentim Ferrante e muitos outros, datado de 17 abril, representando contra a falta d’água nas ruas Prudente de Moraes e Campos Salles, com a qual pediam a relevação d’esses impostos” (Atas da Câmara, 1901).

A valorização das atividades profissionais, bem como as reclamações populares, consistiam na aparição dos habitantes através de anúncios nas páginas dos jornais ou de representações de grupos de moradores enviadas aos redatores dos dois principais periódicos ribeirão-pretanos — *A Cidade* e o *Diário da Manhã* —, cujas rivalidades políticas municipais opunham o jornal defensor da ala de Junqueira (*A Cidade*) e o jornal da ala de Schmidt (*Diário da Manhã*), além de expor as intrigas e embates na Câmara em torno de medidas de saneamento ou de implantação de equipamentos urbanos.

Outrossim, o surgimento de jornais, revistas e almanaques em Ribeirão Preto determinaram a difusão de notícias e produtos locais, nacionais e internacionais que acompanhava o ritmo dinâmico impresso pelos negócios mundiais ligados à atividade cafeeira. Por consequência, um mercado de trabalho diversificado e competitivo, aliado aos anseios da experiência urbana, revelou uma sociedade familiarizada com os novos meios de comunicação e as estratégias publicitárias:



Offerece-se um casal sem filhos, a mulher uma cosinheira e o marido um hortelão, informação na Villa Tiberio, rua Rodrigues Alves, 9 (...). Engomadeira moderna, lava-se e engoma-se com ferro elétrico, colarinhos, camisas, roupas de senhoras, etc... (Jornal A Cidade, 1916).

Os estabelecimentos comerciais, difusores do *espírito francês* – *Au Louvre*, *Notre Dame de Paris*, *Au Bon Marche* –, já anunciavam ao final do século XIX propostas de emprego, produtos, liquidações, promoções ou inaugurações que comprovavam o fascínio exercido pelo afã de consumo da crescente população, iludida que era a desejar as novidades *européias* em circulação diária na cidade: “*Au Bonheur des Dames*: Grande Oficina de Costuras – Modas francezas. Ultimas novidades a Preços módicos. Dirigida pela sra. Rosina Dell’Guerra. Tendo hábil contra-mestra Josephina Giuseppe. Grande sortimento de fazendas, para todos os gostos. Rua da Estação. Ribeirão Preto” (Jornal O Sétimo Distrito, 1893).

Os moradores de Ribeirão Preto — que, em grande número, trabalhavam em atividades ferroviárias, comerciais e industriais (indústrias de bebidas e massas) — deixavam seus respectivos bairros (Vila Tibério, Barracão, República, parte baixa do Centro) e dirigiam-se à zona central da cidade nos finais de semana para passear no entorno da Praça XV de Novembro.

A participação desses moradores na vida urbana — cuja área central fora ocupada com residências pelos ricos comerciantes e algumas lideranças municipais, beneficiados com redes de água (1898), iluminação elétrica (1899), esgotos (1900) e calçamento tipo *macadame* — incluía um desejo de consumir as novidades das casas comerciais, as novas temporadas líricas e dramáticas das companhias teatrais no *Carlos Gomes*, os *films* apresentados nos cinemas e a jogatina e a prostituição no cassino *Antártica*.

No entanto, a hierarquia e a exclusão sociais perpetradas pela sociedade de elite ribeirão-pretana restringiam o lazer dos menos afortunados, muitas vezes, aos botequins e à *vadiagem* pelas ruas e levavam muitos — sem eira, nem beira — ao roubo, à

jogatina explícita e à criminalidade, o que paradoxalmente forçava as autoridades policiais e a prefeitura a tomar medidas severas:

Confiamos muito no critério e na dedicação das nossas auctoridades, e assim é que, confiantes, fazemos às mesmas o seguinte apello: terminar ou por limite á malandragem existente neste canto de S. Paulo. Quem a dia claro, em horas que todos se entregam ao trabalho, percorrer as nossas ruas passando por certas vendas, ou botequins, verá, balcão á fora, em mesas adredes preparadas, uma turba de viciosos perigosos, a jogar a busca, o pacão, o sete e meio, etc. É degradante e merece um correctivo. Não apontamos essas caras; porem, ellas por ahi pelas ruas José Bonifácio, largo 13 de Maio etc., serão encontradas, desde que sejamos ouvidos. É o que pedimos (Jornal O Lábaro, 1904).

Os usos e abusos das Posturas Municipais — códigos de leis institucionalizados por uma elite astuta que dissimulava suas práticas ilícitas sob o manto da ordem e da legalidade — impunha a gestação e entronização de novos comportamentos e o ocultamento de velhos costumes dos moradores: procuravam determinar os horários de circulação pelas vias públicas, os horários de abertura e fechamento de seus estabelecimentos, as multas e noites no *xadrez* aos vagabundos, embriagados e desordeiros etc.

Mas, ao mesmo tempo em que alimentava a imaginação de ilustres visitantes ou de membros da elite cafeeira ribeirão-pretana, a cidade ameaçava romper a *ordem* e o *progresso* ao traduzir-se em cenário de conflitos, acidentes, mendicância e prostituição, desmistificando assim a *cidade ideal* pela própria imprensa:

De certo tempo a esta parte tem despertado a atenção de moradores da Rua Prudente de Moraes entre as ruas Tibiriçá e Alvares Cabral o (ilegível) movimento de carros de praça, que durante a noute, até as altas horas da madrugada para em frente casa misteriosa daquela rua [...] Conseguimos saber que na alludida casa habitava uma estrangeira com negocio de bijuteria; durante o dia essa mulher percorre as ruas da cidade na sua mascateação, penetrando

em casas de família a pretexto de oferecer amostra das suas mercadorias, mas com o fio de atrair mulheres casadas e senhoritas inexperientes ao perigoso antro onde habita, no qual, à noite, se dá o rendez-vous de esposas infiéis com seus amantes [...]. Aquela porta fatídica que se escancara impunemente à noite dentro dos muros de uma cidade civilizada para trazer atrás de seus batentes, para dentro de seu limiar, a honra, o brio e os sentimentos da família riberopretana, não pode continuar a escandalizar esta terra. Ribeirão Preto não é o Rio de Janeiro, nem São Paulo, onde factos dessa natureza passam as mais das vezes despercebidos no meio do burburinho da vida activa e agitada de uma população numerosa, onde o rumor dos alcouces perde-se no rumor da vida. Suspeitas de vizinhos, da policia e dos jornais sobre a residência de uma mulher de nome Maria Levy que serviria de casa de prostituição. O jornal Diário da Manhã promove uma luta a favor da lei e da moralidade e contra os “maus progressos” ocasionados pela prostituição (Jornal Diário da Manhã, 1907).



Pelas bandas do interior paulista, as promessas de riqueza e oportunidade fáceis, de opulência e ascensão social atraíam um sem-número de homens para Ribeirão Preto que circulavam ou estabeleciam residências na ânsia de conquistar espaços e enriquecer-se. Contudo, as fortunas acumuladas e as possibilidades de construir um futuro seguro se evaporavam e, para muitos indivíduos, restava sobreviver das *astúcias da desordem*, ou seja, do banditismo, dos pequenos delitos e de negócios inescrupulosos.

Para além das pequenas profissões ou do emprego em indústrias ou no comércio, a vadiagem, as jogatinas, os crimes e os assaltos frustravam os anseios elitistas de ordem pública e escancaravam as mazelas e os infortúnios dos *malandros* retratados pelo cronista carioca João do Rio que, desiludidos com as chances de encontrar um *lugar* na cidade, viam-se tentados a realizar atos ilegais e miseráveis como um *direito* de viver nela (Rio, 1997, p. 90). Este cenário social foi protagonizado na *Petit Paris*, como foi denominada Ribeirão Preto por um visitante no início do século XX (Diário da Manhã, 1909).

O proprietário da Casa Pinho confiou a Abílio Facci mercadorias no valor de 400\$000 para que este, na qualidade de negociante ambulante, promovesse a sua venda. Abílio tomou então rumo de Barretos em cuja zona lhe parecia mais fácil de desenvolver os seus negócios. Com grande surpresa a Casa Pinho soube hontem que Abílio tendo provavelmente vendido as mercadorias, tomou rumo de S. Paulo, com o dinheirinho no pé de meia, sem lhe dar a menor explicação (A Cidade, 1915).

As imagens *desejadas* de Ribeirão Preto, cujos veículos de difusão e publicidade eram os almanaques e *magazines* nacionais e internacionais, desgastavam-se e se desmanchavam no ar à medida que a modernização da cidade gestava uma situação ambígua para seus habitantes: viver a cidade significava, por um lado, enfrentar os custos sociais, as crises de infra-estrutura urbana e os perigos diários e, de outro, interagir com os novos meios de transporte (os automóveis), as fábricas de sonho (os cinemas) e os diversos objetos de consumo expostos nas vitrines das lojas e experimentar, de maneira descontínua, as temporalidades e as mudanças repentinas do cenário urbano.

T & M

Texto recebido em outubro de 2004.

Aprovado para publicação em novembro de 2004.

**SOBRE O AUTOR:**

**Rodrigo Ribeiro Paziani** é Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (Campus de Franca) e pesquisador do Centro de Estudos da Modernidade e da Urbanização no Mundo do Café (coordenado pelo Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin).

**NOTAS:**

1. O *espírito bucaneiro* refere-se ao processo histórico de desenvolvimento do capitalismo *à moda brasileira* – cujas raízes remontam-se à colônia – denominado de *capitalismo bucaneiro*. Inversamente àquela experiência capitalista da ética protestante de matriz weberiana (racionalização, burocratização, moralismo econômico, impessoalidade), o *capitalismo bucaneiro* constitui-se num sistema social perverso e excludente que nutre-se do gosto pela aventura, das relações de pessoalidade e cordialidade e do arrivismo de uma elite multifacetada e cabotina intimamente ligada aos negócios, serviços e empreendimentos financeiros do Estado brasileiro entre a segunda metade do século XIX e a Primeira República.

2. Nascida de uma doação de terras das famílias Dias Campos e Reis Araújo para a construção de uma futura capela na vila de São Simão em novembro de 1845, Ribeirão Preto tornou-se comarca do município de São Simão em 1856 e em freguesia no ano de 1870. No ano seguinte, foi denominada vila, sendo reconhecida como cidade somente em outubro de 1889, às portas do regime republicano. Em 1877, Martinho Prado, importante coronel do município, redefiniu o mito da *terra prometida* apontando a região – possuidora da *terra roxa* para a plantação de café – como a *Canaã* dos novos tempos.

3. Segundo Geneviève Bolleme, a palavra *popular* é carregada de ambigüidade: isto porque ela pode designar, ao mesmo tempo, algo comum, generalizado e impessoal (confundindo-se com a idéia de nação) ou um caráter circunstancial, pontual e personificador (confundindo-se com a idéia de indivíduo ou pessoa). Tentando evitar essa armadilha semântica, os *populares* não serão identificados somente com os pobres ou os excluídos da cidade. Muito pelo contrário: embora não integrassem o universo da elite ribeirãopretana – grandes proprietários, médicos, advogados, grandes comerciantes –, eles participavam da modernização urbana reinventando o uso dos espaços de circulação e deleite da elite.

**FONTES:**

- RIBEIRÃO PRETO – Câmara Municipal. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 01, nº 7, 1900-1903.
- RIBEIRÃO PRETO – Câmara Municipal. *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58-A, flash 04, nº. 9, 1907-1912.
- RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.
- RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *A Cidade*. Ano I, jan./mar. 1905.
- RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Diário da Manhã*. Ano X, mar./out. 1907.
- RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Diário da Manhã*. Ano XII, jan./mar. 1909.
- RIO DE JANEIRO – Fundação Biblioteca Nacional. *A Cidade*. Ribeirão Preto: Ano XI, jan./dez. 1915.
- RIO DE JANEIRO – Fundação Biblioteca Nacional. *A Cidade*. Ribeirão Preto: Ano XII, jan./jun. 1916.
- SÃO PAULO – Arquivo do Estado. *O Sétimo Distrito*. Ribeirão Preto: ano I, nº 2, 19.10.1893.
- SÃO PAULO – Arquivo do Estado. *O Lábaro*. Ano I, nº. 15, 17.01.1904.

**REFERÊNCIAS:**

- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: 1889 a 1930*. 2. ed. São Paulo: LB, 1962.
- BACELLAR, Carlos de A.; BRIOSCHI, Lucila R. (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOLLEME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (Volume 01).

CAMPOS, Candido M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC-SP, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOIN, José Evaldo de M. *Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. Tese (Livre-Docência – História), FHDSS, UNESP, 2 volumes, Franca, 2001.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976 (Volume 02).

HAHNER, June. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Editora da Unb, 1993.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

NOVAES, Fernando; MELLO, João M. Cardoso de. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Volume 04).

PECHMAN, Robert. “Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular”. In: BRESCIANI, Maria Stella. *As imagens da cidade: as cidades nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Anpuh; Marco Zero; Fapesp, 1994.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

—. “Introdução - O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: —. (Org.). *República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Volume 03).

ZAMBONI, Maria C. *A Mogiana e o café*. Dissertação (Mestrado em História), FHDSS, UNESP, Franca, 1993.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
REVISTA TEMAS & MATIZES  
[www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)